

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1 – EVOLUÇÃO E CONCEITUAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL: SÍNTESE DO DIREITO EXTERNO.....</b>	<b>19</b>
1 Notícia Histórica no Direito Externo.....	19
2 Origem do Termo “Responsabilidade”.....	20
3 Evolução do Instituto da Responsabilidade Civil.....	21
3.1 Vingança privada.....	21
3.2 Código de Hamurabi.....	22
3.3 Código de Manu.....	23
3.4 Direito romano.....	23
3.5 Direito francês.....	27
<b>Capítulo 2 – EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL NO DIREITO INTERNO: DESENVOLVIMENTO DA NOÇÃO DE CULPA.....</b>	<b>29</b>
1 Noção de Culpa.....	29
2 O Direito Precodificado.....	32
3 O Código Civil de 1916.....	36
4 Os Anteprojetos de Códigos de Obrigações.....	41
4.1 O Anteprojeto de 1941.....	41
4.2 O Anteprojeto de 1963.....	43
5 O Código Civil de 2002.....	44

<b>Capítulo 3 – O FENÔMENO DA OBJETIVAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>47</b>
1 O Surgimento da Ideia de Risco .....	47
2 A Constatação de Insuficiência da Teoria Subjetiva como Único Critério Fundante do Dever de Ressarcir.....	48
3 Sistema de Presunções.....	56
3.1 As presunções relativas .....	61
3.2 As presunções absolutas.....	64
<b>Capítulo 4 – SISTEMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>69</b>
1 Noção Fundamental de Responsabilidade Objetiva .....	69
2 A Primeira Hipótese de Responsabilidade Civil Objetiva: os Danos Causados por Exploração de Estradas de Ferro.....	71
3 A Teoria Objetiva no Código Civil de 1916.....	72
4 A Teoria Objetiva na Responsabilidade Civil do Estado.....	73
4.1 Teoria da irresponsabilidade do Estado.....	74
4.2 Distinção entre atos de império e atos de gestão.....	75
4.3 Culpa administrativa.....	76
4.4 Risco administrativo.....	79
4.5 Da culpa na omissão à omissão qualificada .....	82
4.6 Posição adotada por este autor .....	85
4.7 A responsabilidade da União por atentados terroristas, atos de guerra ou correlatos .....	88
5 Os Danos Ambientais e Nucleares e a Teoria Objetiva Pura.....	90
5.1 Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente.....	92
5.2 Responsabilidade civil por danos nucleares .....	98
6 A Responsabilidade Objetiva nas Relações de Consumo.....	101
7 A Teoria Objetiva no Código Civil de 2002.....	107
8 A Responsabilidade Pressuposta .....	110
<b>Capítulo 5 – AS ATIVIDADES LÍCITAS COMO FONTES DE OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>113</b>
1 A Crise da Responsabilidade Civil e a Mudança de Paradigmas.....	113

2	A Atividade Lícita como Fonte Geradora de Obrigação .....	118
3	As Cláusulas Gerais no Código Civil de 2002.....	123
3.1	O preenchimento de cláusula geral por equidade .....	128
3.2	Uma tentativa de preenchimento da cláusula geral de responsabilidade objetiva.....	135
<b>Capítulo 6 – A CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA .....</b>		<b>137</b>
1	Interpretação do Parágrafo Único do art. 927 do Código Civil .....	137
2	Independentemente de Culpa.....	138
3	Atividade Normalmente Desenvolvida pelo Autor do Dano .....	140
4	Por sua Natureza.....	143
5	Risco para os Direitos de Outrem .....	145
<b>Capítulo 7 – HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DA CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 .....</b>		<b>151</b>
1	Os Danos Oriundos de Relações de Emprego .....	152
2	Os Prejuízos Decorrentes de Atividades Profissionais .....	159
3	A Atividade de Imprensa .....	164
4	Responsabilidade do Estado por Omissão em Atividades de Risco .....	166
<b>Capítulo 8 – AS ATIVIDADES PERIGOSAS NOS ORDENAMENTOS ITALIANO E PORTUGUÊS: UMA AMOSTRAGEM DO DIREITO EUROPEU.....</b>		<b>169</b>
1	Semelhanças e Divergências.....	170
2	A Exposição ao Perigo do art. 2.050 do Código Civil italiano.....	171
2.1	O surgimento da responsabilidade por atividades perigosas no direito comparado.....	171
2.2	Critério para caracterização de uma atividade como perigosa.....	172
2.3	Identificação de hipóteses de aplicação da exposição ao perigo ...	174
2.4	A prova de ter adotado todos os meios para evitar o dano .....	177
2.5	Dano causado por circulação de veículo .....	181

3	A Responsabilidade Civil Decorrente do Exercício de Atividades Perigosas Previstas no art. 493º, 2, do Código Civil Português .....	183
3.1	Apresentação do problema .....	183
3.2	Natureza da responsabilidade civil .....	184
3.3	A explosão com fogos de artifício ocorrida no Município de Boa Saúde, no Estado do Rio Grande do Norte.....	187
4	Considerações Finais ao Capítulo.....	189
<b>Capítulo 9 – O DANO DECORRENTE DE ATIVIDADES LÍCITAS E SUA REPARAÇÃO .....</b>		<b>191</b>
1	O Dano e os Diversos Sentidos do Dever de Indenizar .....	191
1.1	Sentido compensatório .....	197
1.2	Sentido pedagógico .....	198
1.3	Sentido punitivo .....	200
2	A Identificação do Responsável pelo Dever de Reparação por Danos Decorrentes de Atividades Perigosas Lícitas.....	202
3	Socialização do Risco e Seguro de Responsabilidade Civil .....	204
3.1	Conceito .....	204
3.2	Natureza jurídica do seguro de responsabilidade no direito brasileiro.....	205
3.3	Fundamentos do seguro de responsabilidade civil .....	206
3.4	Críticas ao seguro de responsabilidade civil.....	211
3.5	O seguro obrigatório.....	212
4	Aspectos Jurídico e Moral do Dever de Reparação .....	215
<b>Capítulo 10 – O NEXO CAUSAL NAS ATIVIDADES PERIGOSAS.....</b>		<b>225</b>
1	A Relação de Causalidade .....	225
2	O Nexo Causal na Teoria Objetiva .....	228
3	Teorias Sobre o Nexo Causal .....	231
3.1	Teoria da causa próxima.....	231
3.2	Teoria da equivalência causal.....	234
3.3	Teoria da causalidade adequada .....	239
4	A Inversão do Ônus da Prova do Nexo Causal.....	243
5	O Rompimento do Nexo Causal nas Atividades Perigosas .....	245

<b>Capítulo 11 – O PONTO DE EQUILÍBRIO ENTRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE RISCO SOB UMA PERSPECTIVA CIVIL CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>251</b>
1 A Proteção Constitucional da Livre-iniciativa.....	251
2 O Valor Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana e sua Diversidade de Definições.....	254
3 A Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais.....	261
3.1 Teoria da eficácia horizontal mediata.....	265
3.2 Teoria da eficácia horizontal imediata.....	266
4 O Conflito Entre Princípios Constitucionais e o Sistema de Ponderações ..	270
5 Delimitação da Fronteira Entre o Regular Exercício e o Abuso de um Direito.....	274
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>283</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>287</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>293</b>